

**O(S) PROJETO(S) HEGEMÔNICO(S), O CONFLITO E A CENA POLÍTICA NO
CAIS DO PORTO DE PORTO ALEGRE: PARA PENSAR UMA OUTRA PRÁXIS**

*THE HEGEMONIC PROJECT(S), THE CONFLICT AND THE POLITICAL SCENE ON
THE HARBOR OF PORTO ALEGRE: TO THINK ABOUT ANOTHER PRAXIS*

*EL(LOS) PROYECTO(S) HEGEMÓNICO(S), EL CONFLICTO Y EL ESCENARIO
POLÍTICO EN EL PUERTO DE PORTO ALEGRE: PARA PENSAR UNA OTRA PRAXIS.*

Eduardo Paiva Ribeiro
arqeduardopr@gmail.com

Paulo Edison Belo Reyes
paulo.reyes@ufrgs.br

RESUMO

O Cais do Porto de Porto Alegre tem sido alvo de propostas e de especulação. O momento recente tem sido de proposição de grandes transformações do lugar, como requer o ciclo capitalista e o planejamento neoliberal. Contudo, entende-se que o projeto imposto, que chega pronto para apreciação popular, não dá conta da complexidade do território. Embora a forma de atuação hegemônica busque sufocar a política, emergem reações locais contrárias, como vê-se na cena-assembly, em 2015, onde manifestantes expuseram o seu descontentamento com o projeto, revelando caráter político do acontecimento. O presente texto propõe problematizar os recentes projetos para o Cais do Porto de Porto Alegre, pois entende-se que o local está envolto em um ciclo repetitivo de propostas de caráter similar, que expressam um modo de pensar hegemônico, uniformizante, de reprodução de (pedaços de) cidades. Após a contextualização do problema, sugere-se que se pense uma práxis atravessada pela explicitação do conflito e pela suspensão do projeto, desviando de soluções pré-concebidas. Para tanto, é importante que se reconheça os agentes em disputa, as particularidades e as partes que cabem a cada um dentro de uma esfera comum. Este artigo organiza-se conforme a seguinte linha de raciocínio: breve reconstrução histórica do Cais e dos seus projetos; reconhecimento do conflito gerado pelo projeto sem diálogo; proposição de um atravessamento teórico pelos conceitos cena, dano, política e polícia; e sugestão de abordagem para uma práxis contra hegemônica.

Palavras-chave: Porto Alegre; Planejamento neoliberal; Projeto urbano; Conflito; Contra hegemônico.

ABSTRACT

The Port of Porto Alegre has been the target of proposals and speculation. The recent moment has been one of proposing major transformations of the place, as required by the capitalist cycle and neoliberal planning. However, it is understood that the imposed project, which arrives ready for popular appreciation, does not account for the complexity of the territory. Although the hegemonic way of action seeks to stifle politics, contrary local reactions emerge, as can be seen in the assembly-scene in 2015, where protesters exposed their discontent with the project, revealing the political character of the event. The present text proposes to problematize the recent projects for the Porto Alegre Port, since it is understood that the place is involved in a repetitive cycle of similar proposals, which express a

hegemonic, uniform way of thinking, of reproduction of (portions of) cities. After contextualizing the problem, it is suggested to think about a praxis crossed by the explicitness of the conflict and the suspension of the project, deviating from preconceived solutions. For that, it is important to recognize the agents in dispute, the particularities and the parts that belong to each one within a common sphere. This article is organized according to the following line of reasoning: a brief historical reconstruction of the Port and its projects; recognition of the conflict generated by the project without dialogue; proposition of a theoretical crossing by the concepts scene, damage, politics and police; and suggestion of an approach to a counter-hegemonic praxis.

Key-words: Porto Alegre; Neoliberal planning; Urban design; Conflict; Counter hegemonic.

1. Introdução

Esse trabalho põe luz sobre um caso de projeto urbano que é fruto da hegemonia, da globalização e do consumo exacerbados e que permite discutir a disputa política dentro de um processo de projeto em urbanismo. É resultado de uma dissertação de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), acrescido do debate produzido no grupo de pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas, apresentando o processo e as repercussões das recentes proposições para o Cais do Porto de Porto Alegre.

O que se tem visto, ao estudar o caso do Cais do Porto de Porto Alegre, é uma incapacidade ou desinteresse de abrir-se ao diálogo e deixar-se afetar por diferentes visões que acresceriam complexidade aos recentes projetos que são sugeridos para o local. Pelo contrário, o modo de condução das propostas dissimula o conflito. O projeto como vem sendo pensado está a serviço da afirmação de poderes dominantes, portanto, parcelas da população não são consideradas em seus desejos. O que se vê é o projeto isolado, limitado a uma objetividade engessada. Ainda que o projeto seja síntese, não deve ser um produto pré-concebido de uma formulação repetitiva, que se alimenta de realidades que não condizem com as particularidades locais. Portanto, propõe-se pensar caminhos que permitam emergir práxis contra hegemônicas, alimentando o projeto pelas relações de conflito. Dessa maneira, faz-se necessário o deslocamento do saber arquitetônico e urbanístico do campo das certezas, reconhecendo as disputas inerentes ao território, em direção a uma práxis-outra, aberta, o que converge com interesses da presente edição da Revista Projectare, ao lançar o tema Lugar da Teoria nas Práxis Arquitetônica e Urbanística Contemporâneas.

As frentes d'água têm sido, no decorrer das últimas décadas, alvo de grandes transformações associadas aos valores de mercado. A iniciativa privada trabalha com uma lógica que busca por métodos ágeis na concepção de um produto final formatado. Nesse ciclo, o projeto é somente uma etapa a ser superada e o projetista um técnico à serviço da ideologia dominante. Logo, urge que se pense no papel do arquiteto e urbanista como mediador ou ator, ciente da necessidade de alargar o processo de projeto, abrangendo diferentes partes da sociedade. Assim, conforme a condução acontece, o projeto pode ser

instrumento político, se capaz de subverter a lógica do capital; ou se policial, reproduzidor de uma corrente dominante.

Os grandes projetos urbanos têm seguido a formulação de um tipo específico de planejamento, aquele advindo da gestão empresarial, o qual Vainer (2013) chama de planejamento estratégico. Esse mostrou-se eficaz na construção de condições para implementação de projetos mundo afora, tornando-se uma prática reprodutiva hegemônica. Prática essa que se torna impositiva, já que o projeto chega pronto para apreciação local, abreviando etapas de amadurecimento e, em consequência, o diálogo com a população local. Assim sendo, esse processo fechado pode encontrar resistências perante determinados atores sociais, como aconteceu em Porto Alegre, onde a apresentação do projeto, em assembleia pública, deu ensejo a uma cena polêmica: em ritmo de torcida, anunciando palavras de ordem, manifestantes contrários e favoráveis ao projeto expuseram seus desejos para o local e sua contrariedade com o que estava sendo exposto. Logo, a cena tratada dá a ver uma diferença que até aquele momento estava velada.

O objetivo neste texto é pensar o Cais do Porto por essa cena explicitadora do conflito, como um acontecimento, um ato polêmico que permite ver as partes desconsideradas no projeto. Entende-se esse projeto como exemplar de um planejamento estratégico, fruto dos tempos do neoliberalismo, de fórmulas prontas que comprimem as diferenças em prol da agilidade na implementação e em prol do ganho financeiro. Assim pensam os autores Carlos Vainer (2013), Pedro Novais e Fabrício Leal de Oliveira (2013) e Raquel Rolnik (2019). Contudo, por outro lado, o projeto pode ser pensado pelas relações conflitivas. Nesse sentido, na esteira do pensamento de Jacques Rancière (2014; 2018), identifica-se uma cena, um conjunto de relações sensíveis que explicita o político de determinado acontecimento, que dá a ver o conflito. A partir de então, propõe-se, como sugere Paulo Reyes (2015; 2015b; 2022), que se pense um processo de projeto aberto, que se deixa afetar por externalidades.

O presente artigo trata, como estudo de caso, das recentes propostas de projeto para o Cais do Porto de Porto Alegre, pois entende que há uma celeuma envolvendo importantes questões como o caráter hegemônico do projeto e as relações conflitivas entre os agentes. Logo, faz-se necessário, com base em referencial teórico condizente, pensar uma outra práxis que dê conta da problemática que se apresenta. Espera-se contribuir com as discussões acerca do futuro do local e, ademais, para um pensamento de projeto contra hegemônico que considere as relações conflitivas inerentes às cidades.

2. O contexto de origem do Cais do Porto

Nesta seção, busca-se retomar os aspectos históricos que atestam a importância do local para a capital gaúcha. A condição geográfica e relação com as águas do Guaíba são preponderantes para o estabelecimento da cidade de Porto Alegre. O potencial portuário foi fundamental para o seu desenvolvimento. Sua história ajuda a contar diferentes momentos do desenvolvimento urbano: da

chegada dos primeiros habitantes (os casais de açorianos que marcam a história oficial como os primeiros habitantes do povoado que viria a ser a capital), do surgimento e fortalecimento de um mercado consumidor capaz de gerar desenvolvimento mercantil-capitalista, do novo cais como símbolo dos desejos de modernidade no começo do século XX e, atualmente, como exemplar de uma forma de se intervir na cidade que prioriza os investidores privados.

As primeiras conversas para a construção do Cais do Porto datam do final do século XIX e as tratativas avançaram até a primeira década do século XX. O período foi marcado pelo governo do Partido Republicano Riograndense (PRR), de ideário positivista, tanto no governo estadual, quanto no municipal. A doutrina positivista se alinhava aos desejos de modernidade que pairavam sobre a cidade, referentes ao urbanismo higienista, na esteira das reformas executadas em Paris por Haussmann. A estrutura do Porto, até então precária, era tida como incondizente com as ambições da cidade, afinal o Cais era tido como a sala de estar do Estado, ou seja, não era somente local de trocas comerciais, mas também por onde eram recepcionados os visitantes. Logo, existia a necessidade de sanear e embelezar o local nos moldes das grandes capitais europeias que haviam passado ou passavam por importantes transformações. As referências para os administradores de Porto Alegre eram os portos de cidades como Paris, Roma, Manchester e Glasgow (ALVES, 2005). As necessidades e avanços vindos da revolução industrial, fenômeno que vem do norte para sul, impactaram tanto nas necessidades de produção, quanto na referenciação do modelo de porto e de cidade.

O primeiro trecho de Cais é inaugurado no ano de 1913 e o restante foi sendo concebido conforme os anos foram se passando, até o final da década de 1940. Entretanto, a substituição da matriz de transporte (prima-se pelo transporte rodoviário), a partir dos anos 60, e o aumento do calado das embarcações de maior porte, acabam por tornar o Cais Mauá inapto para a sua função inicial (SOUZA, 2010). Concomitantemente, no ano de 1974, o local é murado, visando proteger a cidade do avanço das águas do Guaíba - o incidente mais grave, chamado de a grande enchente, ocorreu em 1941 e deixou um grande número de desabrigados (SILVEIRA, 2015). Posteriormente, os armazéns foram tombados pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN), em 1983, e o conjunto (gruas, pavimentação e edifícios anexos) pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) em 1995, permanecendo com acesso restrito aos funcionários da área portuária.

A partir da década de 1980, os armazéns permanecem na sua estrutura e passam a ser abrigo de eventos culturais, como Bienais do Mercosul e Feiras do Livro, e festas e shows, como aconteceram nas Copas do Mundo de Futebol de 2014 e 2018, com acesso reduzido. Em 2021, a área do Cais do Porto recebe uma estrutura temporária para abrigar uma atividade comercial, nomeado de Cais Embarcadero, utilizando o armazém A7, único da sequência não tombado, como suporte para o empreendimento privado. Devido a subutilização da área e uma narrativa de abandono pela mídia, o local em questão fica “disponível” para investimentos privados.

3. O Cais do Porto de Porto Alegre e seus projetos

Uma vez ocioso na sua função portuária, o Cais tem sido alvo de propostas que preveem grandes transformações. Desde o final da década de 80 do século XX, momento em que se registra a primeira intenção projetual, o Cais tem sido objeto do desejo por transformação por parte dos governantes, mídia e sociedade civil. As proposições que ganharam maior destaque se assemelham no caráter comercial e no potencial elitizante do lugar. Tanto a proposta que foi resultado de um concurso de projetos (Figura 1), no ano de 1996, realizado sob chancela do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), quanto a outra, de 2010, de autoria do escritório espanhol b720 em associação ao brasileiro Jaime Lerner, tem similaridades nos seus programas de necessidades: verticalização e privatização de parcelas consideráveis do espaço público. Essa última referida esteve vigente por cerca de 10 anos. Apesar dos esforços de coletivos civis (especialmente o coletivo Cais Mauá de Todos) organizados em apontar fragilidades nos estudos de implantação e nas garantias legais, houve um esforço das instituições para que as obras avançassem. Entretanto, as tentativas mostram-se ineficazes, uma vez que, no ano de 2019, o governo do Estado acaba por acionar a justiça para romper o contrato com o consórcio que havia ganho a licitação, por conta do atraso na execução do projeto.



Figura 1: Montagem que justapõe os projetos de 96 e 2010, respectivamente. Fonte: autor.

Contudo, o Cais do Porto se vê novamente envolto em disputa. Os acontecimentos mais recentes revelam uma nova proposta que repete os mesmos elementos de projeto anteriores (primando mais por consumidores do que por simples usuários do local) e, com isso, revela um padrão por trás da insistência em um modelo econômico com forte interesse nos valores de troca da cidade, em detrimento dos seus valores de uso. Com diferenças e similaridades formais, todos os projetos citados abraçam estratégias parecidas em termos de programas de necessidades, implantação e implementação. O mais recente projeto para o Cais Mauá (Figura 2) repete a verticalização no Setor Docas, a previsão de áreas de estacionamento e a construção de um edifício próximo à Usina do Gasômetro.

Um projeto desta escala que envolve toda uma dinâmica e diferentes interesses em uma cidade, portanto, de ordem complexa, precisa necessariamente incluir no debate público os diferentes olhares sobre a área, desde a sua intenção projetiva. No caso do projeto em questão, a participação popular, como descrito na apresentação do projeto, ocorreu só em fase posterior ao estudo de modelagem, o que torna o debate público inócuo.



Figura 2: Vista aérea do Setor Docas do mais recente projeto. Fonte: Consórcio Revitaliza.

4. Uma tentativa de hegemonia pelo projeto

Nesta seção, busca-se elementos que situem os recentes desejos e projetos de Cais, expressos nas propostas de projeto, como sintoma dos tempos do neoliberalismo, pois há, a partir da sua consolidação como racionalidade reguladora das relações contemporâneas, uma mudança da relação entre Estado e capital privado que se reflete no comportamento dos gestores das cidades. A lógica de funcionamento se assemelha àquela vista em empresas na competitividade pela atração de investimentos que vêm associados a mudanças significativas no território. Como apontado anteriormente, esse modelo de negócio tem um caráter excludente, com forte interesse em uma parcela da sociedade que tem poder de compra.

Nesse sentido, os projetos de orla têm despertado especial atenção do capital privado por encontrar nessas parcelas urbanas alto potencial lucrativo em áreas ociosas e bem inseridas na malha das cidades. De modo geral, esses locais são alvo de como o sistema capitalista se alimenta: com a

substituição da matriz de produção industrial, com o avanço das tecnologias e as necessidades produtivas, acontece o abandono das antigas estruturas em busca de melhores desempenhos. Esse movimento acontece (em tempos diferentes, conforme as condições econômico-sociais de cada cidade) em escala global, ao longo do século XX, como aponta Harvey (2006).

Devido à necessidade de renovação própria do sistema capitalista, esses locais passam a fazer parte do ciclo sob nova roupagem, a da revitalização. Logo, no novo momento, de redescoberta dos lugares agora ociosos na sua função original, são reveladas propostas de empreendimentos no formato parceria público-privada (PPP). Segundo Harvey (1996), o foco da intervenção está na economia política do local, pois sugere-se que as modificações na paisagem sejam capazes de afetar positivamente o contexto econômico da cidade e, a partir desse fator, transformar a realidade local. Como pondera o autor, geralmente os projetos não contemplam equipamentos sociais, como escolas ou centros comunitários, e sim, trazem empreendimentos de caráter imobiliário e especulativo. Portanto, associada à iniciativa privada vem a expectativa de retorno financeiro e, nesses casos, a cidade é o produto de consumo.

Essa lógica de associação do Estado ao capital privado é o fator que marca, para efeito da formatação cidade-empresa, o planejamento neoliberal. Como colocam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é somente um sistema econômico, como se acreditava ser o liberalismo clássico, mas sim uma racionalidade, como algo que perpassa todos os âmbitos da vida, moldando relações. O liberalismo, do *laissez-faire*, pregava pela autorregulação do mercado e pela mínima estrutura Estatal. Entretanto, o neoliberalismo faz da máquina pública aliada, parte diretamente envolvida. Esse contexto explica a mudança de comportamento dos governantes, que trabalham em prol das privatizações de espaços públicos, como acontece em todas as propostas até aqui vistas para o Cais do Porto. Como mostra Rolnik (2019), faz-se necessário que o Estado tome a frente das ações – afinal, o formato de intervenção necessita que os governos locais lidem com a legislação e regulamentações específicas –, trabalhando no contrassenso do conceito de bem-estar social, uma vez que age em prol dos interesses de mercado, favorecendo agentes, em muitos casos, exteriores ao território local.

Assim, no campo do planejamento, normas e regras devem ser flexibilizadas, os princípios da universalidade e equidade, abandonados, e as energias do urbanismo, entendido como projeto urbano, devem se voltar à promoção de localizações capazes de atrair capitais financeiros excedentes sob a forma de parcerias público-privadas (PPPs) (ROLNIK, 2019, p. 34).

Logo, para esse fim, da privatização e financeirização do espaço público, ao final do século XX, surge um tipo específico de planejamento: o planejamento estratégico. Conforme explica Vainer (2013), surgido do planejamento de mercado, sua expectativa é que os chamados processos ágeis da iniciativa privada sejam capazes de lidar com as complexidades de um projeto urbano - em contraposição à obsolescência do Estado, em permanente crise. Logo, a cartilha do planejamento estratégico prescreve

as condições globais hegemônicas necessárias para que se crie o ambiente adequado para realização de projetos de grande complexidade, ou seja, foco em um adensamento que gere capital.

No entanto, acredita-se que espaços urbanos com essa magnitude e valor simbólico para o todo da cidade não devem estar atrelados somente aos valores de troca, mas, sobretudo, devem contemplar os valores de uso. Nesse sentido, os valores de uso não se restringem a uma vivência econômica da área no seu viés de consumo, mas devem permitir uma utilização ociosa, que não tenha a marca do capital. O que se vê, neste tipo de modelo de negócio que não contempla os diferentes interesses sociais, é uma discrepância entre o interesse de uma população na sua diversidade e o interesse de um grupo financeiro específico. A imposição deste tipo de projeto resulta em mascarar relações conflitivas, portanto, desconsiderando a diversidade e os desejos outros. Como coloca Vainer (2013), se há um objeto à venda, há um público-alvo, um comprador ideal, capaz de consumir esse novo lugar - essa é a lógica do neoliberalismo.

Esse modelo de negócio reproduz o modelo de Barcelona, que, segundo Vainer (2013), funciona como um “caso de sucesso”. A cidade espanhola tornou-se referência quando fez grandes transformações na sua orla, produzindo uma paisagem amplamente divulgada e requisitada pelo mundo capitalista. A celebração de Barcelona como modelo elevou consultores catalães, especialmente Borja e Castells, à condição de prescritores de medidas a serem seguidas a cidades que queiram ser capazes de tornarem-se mais palatáveis para visitantes e para investimentos privados. Tais acontecimentos têm lugar nos anos 90, período de frenesi com a globalização em curso, condição essa essencial para o modelo. Para Novais e Oliveira (2013), as condições globais, de novos arranjos e de disposição extensiva de redes de transportes e comunicação, fortalecem a crença de que o ambiente de alta complexidade pedia soluções capazes de unificar os conflitos de interesses entre atores (entendendo aqui o conflito como diferentes interesses na área).

5. O conflito e a cena política

Ao ignorar as diferenças locais, ao evitar o diálogo na sua diversidade (portanto, de base conflitiva), o projeto imposto pela lógica neoliberal acaba encontrando resistências, como aconteceu no caso do Cais do Porto. Há um momento desse processo em que o conflito se explicita. No caso deste projeto, isso ocorreu em uma assembleia pública, em 2015, na sede de um tradicional clube de Porto Alegre.

A assembleia é aqui entendida como cena, ou seja, é o momento em que o conflito se explicita como diferentes interesses. A ideia de cena é pensada pelo filósofo Rancière como um acontecimento que tem forte caráter político por evidenciar a ausência de igualdade. Há na constituição dessa cena dois movimentos: um de ordem resolutive e restritiva; e outro de ordem da explicitação do conflito. Ao primeiro, Rancière nomeia de polícia; ao segundo, chama de política. Para ele, o político é o choque

entre processos heterogêneos, entre o processo da polícia e o processo da política. Contudo, a política não faz referência às disputas partidárias, às instituições de governo, ou às instâncias de poder: isso diz respeito à polícia. A política é capaz de desfazer os rígidos nós do poder policial.

O processo policial é aquele que dá forma, que conforma a tudo e todos em sociedade. Cabe à polícia determinar as formas de partilha. Rancière (2018) diz que a polícia dá nome, define acessos. Portanto, a polícia provoca dano à igualdade, já que as formas de partilha no sistema não acontecem de maneira igualitária. Ou seja, existem maneiras e possibilidades de acesso diferentes para cada classe e essas particularidades (poder de compra, cor da pele, sexualidade) tornam-se visíveis a partir de uma cena. A cena política dá a ver a ausência de igualdade entre partes, evidenciando interesses e processos díspares. No caso da assembleia como cena, o ato político se manifestou na reivindicação da população pelo acesso à área do projeto em questão de forma livre, sem ser constrangida pela imposição do consumo.

A apresentação do projeto de 2010 para a sociedade em assembleia aberta ao público geral (Figuras 3 e 4) transcorreu entre vaias e aplausos, em ritmo de torcida. De um lado, uma parcela do público aplaudia as proposições, enquanto outra, em maior número (conforme a reportagem), gritava palavras de ordem, como “não vai ter shopping” e demonstrava descontentamento com as torres comerciais e com as cerca de 4 mil vagas de estacionamento propostas (FOGLIATTO, 2015).



Figura 3: Embate entre manifestantes na assembleia pública. Fonte: GUILHERME SANTOS / SUL21.



Figura 4: Embate entre manifestantes na assembleia pública. Fonte: GUILHERME SANTOS / SUL21.

A partir desse evento, houve uma série de articulações entre setores da sociedade civil para apontar fragilidades do projeto e também para propor uma saída alternativa para o Cais. A ação realizada pelos manifestantes foi a primeira denúncia de contundência pública que deu origem e puxou consigo uma série de contestações. O barulho da denúncia reverberou para fora do clube e, desde então, pôde adquirir outras versões, conforme diferentes setores da sociedade se apropriaram das primeiras fagulhas. Na mídia cresceu o número de narrativas que explicitam desejos para o lugar. Nos dias seguintes à assembleia, fez-se, por exemplo, uma reportagem onde buscou-se conhecer a opinião dos comerciantes do centro acerca do que se planejava para o Cais - já que durante o evento foi expressada a preocupação em relação ao impacto de um shopping center no comércio local (GOMES, 2015). A partir da assembleia, entendida como cena, observou-se o efeito da denúncia na proliferação de contestações ao projeto e ao seu processo, identificando a presença de outros agentes na disputa, como visto em Ribeiro (2021).

6. Considerações finais para pensar a práxis contra hegemônica.

A apresentação de um projeto fechado, já conformado, como é próprio da lógica policial, enfrenta a resistência de diferentes partes da população que se contrapõem à tentativa de homogeneização de uma proposta genérica, que não busca diálogo com a localidade. É necessário que se mantenha aberta a fissura causada nos contornos da ordem policial, que se permita que surjam outras complexidades que não aquelas autorizadas pelas instâncias de poder. Caso se faça isso, o papel dos manifestantes se torna o de um sujeito político, recusando a identificação policial, pois o dano tem esse

caráter de acontecimento, não pode ser perpetuado pelo interior das redes de poder. Pelo contrário, o dano deve se repetir, pois o sistema (capitalista, neoliberal), na mesma medida que fere constantemente a igualdade, se apropria das pautas políticas às avessas, conformando novas bordas – uma metapolítica, conforme Rancière (2014).

Uma vez que a manifestação popular diz não querer o projeto imposto, pergunta-se, como faz Rancière: o que daí resulta? O sujeito político não é aquele que impõe seu peso em sociedade, mas aquele que dá vazão ao dissenso, no espaço entre a desidentificação com os desejos neoliberais e a negação em identificar-se como uma classe consolidada pela lógica policial, que abusa de seu poder normativo. Sendo assim, o sujeito político nega reproduzir práticas conservadoras de perpetuação de poder. O projeto, se aberto no seu processo, permite a manifestação de práticas emergentes, colocando-se acessível ao atravessamento por outros desejos, funcionando assim como projeto político. Para Reyes (2015; 2015b; 2022), o projeto político poderia se constituir a partir da expressão “e se fosse...”, em um processo de suspensão da tomada de decisão, dando-se tempo para o amadurecimento das questões competentes e ao reconhecimento das partes interessadas. Logo, quando se desloca do campo das certezas, dando espaço a associações livres e inimaginadas, pode surgir daí o projeto político como práxis contra hegemônica.

Referências

ALVES, A. **A construção do porto de Porto Alegre 1895-1930: modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado.** Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.179. 2005.

DARDOT, P; LAVAL, C. A. **Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOGLIATTO, D. **Em audiência lotado no União, movimentos criticam projeto de revitalização do Cais Mauá.** SUL21, Porto Alegre, 19 de setembro de 2015. Disponível em: <sul21.com.br/cidades/2015/09/em-audiencia-lotada-no-uniao-movimentos-criticam-projeto-de-revitalizacao-do-cais-maua/>. Acessado em 04 set., 2022.

GOMES, L. **Comerciantes do Centro defendem revitalização do Cais Mauá, mas questionam modelo escolhido.** SUL21, Porto Alegre, 27 de setembro de 2015. Disponível em: <https://sul21.com.br/cidades/2015/09/comerciantes-do-centro-defendem-revitalizacao-do-cais-maua-mas-questionam-modelo-escolhido/>. Acessado em 04 set., 2022.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume Editora, 2006.

_____. Do gerencialismo ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, ano XVI, n.39, 1996 p.48-64.

OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, P. **Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira.** In: CUENYA, B.; NOVAIS, P.; VAINER, C. (orgs.). **Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira.** Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2013, p. 167-189.

RANCIÈRE, J. **Nas margens do político.** Lisboa: KKYM, 2014.

_____. **A partilha do sensível.** São Paulo: Editora 34, 2018.

REYES, P. **Projeto [não] projeto: quando a política rasga a técnica.** Porto Alegre: Sulina, 2022.

_____. **Projeto por cenários: território em foco.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. Projeto entre desígnio e desvio. *In: Anais do I Colóquio Internacional Arquitetura, Derrida e Aproximações*. Pelotas: UFPel, dez. 2015b.

RIBEIRO, E. P. **O cais do porto em disputa: o projeto, as narrativas e os cenários possíveis**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.127, 2021.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

SILVEIRA, N. **Histórias e fotos da maior enchente de Porto Alegre**. SUL21, Porto Alegre, 18 de novembro de 2015. Disponível em: <sul21.com.br/em-destaque/2015/10/historias-e-fotos-da-maior-enchente-de-porto-alegre/>. Acessado em 04 set., 2022.

SOUZA, C. F.; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SOUZA, C. F. **Plano geral de melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursivas do Planejamento Estratégico Urbano. *In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. *In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013b.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.